

# VIAGENS À NATUREZA

O interesse atual por temas relativos ao meio ambiente pode ser interpretado como um desejo contemporâneo de "retorno à natureza". Um dos indícios é o aumento do interesse por viagens a áreas preservadas, em especial através do ecoturismo.

Contudo, o debate sobre tal desejo e sobre a realidade das práticas turísticas coloca questões complexas, sobretudo no atual contexto de globalização da economia e de mundialização da cultura. Se esse tipo de viagem pode representar um saudável sinal de preocupação com a proteção ambiental, por outro lado, leva à reflexão sobre temas como o consumo e a mercantilização da natureza, a autenticidade da experiência turística, os impactos socioambientais, entre outros.

Esta coletânea não pretende esgotar a discussão, mas representa um importante passo na compreensão crítica das representações sociais da natureza e das ações humanas dirigidas, ou não, à preservação dos recursos naturais.



P A P I R U S E D I T O R A



VIAGENS A NATUREZA

PAPIRUS

Célia M. Toledo Serrano e Heloisa T. Bruhns (orgs.)

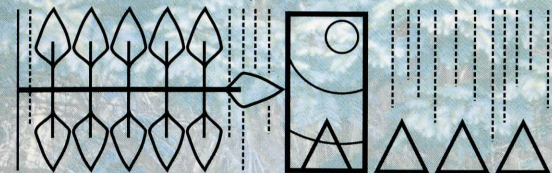


C O L E Ç Ã O T U R I S M O

# VIAGENS À NATUREZA

TURISMO, CULTURA E AMBIENTE

CÉLIA M. TOLEDO SERRANO  
HELOISA T. BRUHNS (ORGS.)



P A P I R U S E D I T O R A

- \_\_\_\_\_. (1983). *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. Col. "Ensaaios". São Paulo: Ática.
- DIEGUES, A.C.S. e CUNHA L.H. de O. (1989). "Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: Convivência e conflito, o caso de Guaraqueçaba (Paraná)". Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, USP.
- DUBOS, R. (1980). *Namorando a Terra*. São Paulo: Difel.
- FRANÇA, A. (1954) "A ilha de São Sebastião", *Boletim* 178, Geografia/10, FFLCH/USP/SP.
- GOFFMAN, E. (1975). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GUATTARI, F. (1985). "Espaço e poder: A criação de territórios na cidade", *Espaço e Debates*, ano V, n. 16.
- LOUREIRO, V.R. (1985). *Os parceiros do mar: Natureza e conflito social na pesca da Amazônia*. Belém: CNPq/MPEG.
- LUCHIARI, M.T.D.P. (1992). "Caiçaras, migrantes e turistas: A trajetória da apropriação da natureza no litoral norte paulista (São Sebastião - Distrito de Maresias)". Dissertação de mestrado, Ciências Sociais, IFCH/Unicamp.
- MALDONADO, S.C. (1986). *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática.
- MARCÍLIO, A.L. (1986). *Caiçara: Terra e população*. São Paulo: Paulinas/CEDHAL.
- MUSSOLINE, G. (1980). *Ensaaios de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- NOFFS, P. da S. (1988). *Os caiçaras do Toque-Toque Pequeno*. Dissertação de Mestrado, Geografia, FFLCH/USP.
- PAPY, L. (1957). "A margem do império do café: A fachada atlântica de São Paulo", *Boletim Geográfico*, ano XV, n. 137, CNG/IBGE.
- PRITCHARD, E.E. (1978). *Os Nuer*. Col. "Debates". São Paulo: Perspectiva.
- RELATÓRIO PTA/FASE (1989). *Projeto de tecnologias alternativas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional*. São Paulo.
- SETTI, K. (1985). *Ubatuba nos cantos das praias: Um estudo do caiçara paulista e de sua produção musical*. São Paulo: Ática.
- SILVA, A.C. da (1975). *O litoral norte do estado de São Paulo*. São Paulo: Edusp.

4  
AS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS, O TURISMO  
E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Antonio Carlos S. Diegues\*

*Introdução*

A criação de parques nacionais e demais áreas naturais protegidas tem sido um dos principais elementos de estratégia para conservação da natureza, em particular nos países do Terceiro Mundo. Desde seu início, os parques nacionais foram estabelecidos para fornecer às populações urbanas meios de lazer e contemplação do mundo natural.

O objetivo geral dessas áreas naturais protegidas é preservar espaços com atributos ecológicos importantes. Algumas delas, como parques, são estabelecidas para que sua riqueza natural e estética seja apreciada pelos visitantes, não se permitindo, ao mesmo tempo, a moradia de pessoas em seu interior.

\* Antropólogo, professor da Esalq e diretor científico do Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil (Nupaub) da USP.

A concepção dessas áreas protegidas provém do século passado, tendo sido criadas primeiramente nos Estados Unidos, a fim de proteger a *vida selvagem* (*wilderness*) ameaçada, segundo seus idealizadores, pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza. A idéia subjacente é que, mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderiam existir pedaços do *mundo natural* em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana. No entanto, mais do que a criação de um espaço físico, existe, na proposta de criação de áreas naturais protegidas, uma concepção própria da relação homem-natureza, que Moscovici (1974) denomina de *naturalismo reativo*; isto é, uma reação contra a corrente dominante no mundo ocidental, o *culturalismo*. Para o naturalismo reativo do final do século passado, quando foi criado o primeiro parque nacional em Yellowstone, nos Estados Unidos, a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem pelo estabelecimento de *ilhas*, para que o homem moderno pudesse admirá-la e reverenciá-la. Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e no trabalho monótono e alienante.

Por meio da idéia de natureza intocada, parece renovar-se o mito do paraíso terrestre perdido, lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden. Esse neomito, ou mito moderno, aparece, hoje, justificado também por razões ancoradas na ciência, como a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas. Como afirma Morin (1986), o pensamento técnico-científico ainda hoje aparece parasitado pelas representações míticas e simbólicas antigas.

A existência de um mundo natural selvagem, intocado e intocável, faz parte, portanto, desses neomitos. Como afirma Ellen (1989), entretanto, a natureza em *estado puro* não existe, e as regiões naturais apontadas pelos biogeógrafos usualmente correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelos homens ao longo dos séculos.

O modelo de parques nacionais sem moradores para a preservação da vida selvagem sofreu críticas tanto dentro quanto fora dos Estados Unidos, sendo que parte das críticas internas partiu dos preservacionistas puros. Rodman (1973) afirma que a criação dos parques obedeceu a uma visão antropocêntrica, na medida em que beneficiava as populações

urbanas e valorizava, principalmente, as motivações estéticas, religiosas e culturais dos seres humanos. Segundo Rodman, os idealizadores dos parques nacionais negam que a natureza selvagem tenha direitos e um valor em si própria, e que deva ser protegida por suas qualidades intrínsecas. Ainda para o mesmo autor, esse modo de preservação da natureza é inadequado e injustamente seletivo, pois privilegia áreas naturais que são apelativas do ponto de vista estético, segundo valores ocidentais, como florestas, grandes rios, *canyons*, discriminando áreas naturais *menos nobres*, como pântanos, brejos etc., ainda que esses ambientes possam ser essenciais para o funcionamento dos ecossistemas.

Ademais, segundo Ekersley (1992), considerar as unidades de conservação como *ilhas* e colocar de lado pedaços de áreas selvagens, ignorando os problemas crescentes, decorrentes do crescimento urbano-industrial que, paulatinamente, apresentarão impactos negativos sobre as áreas naturais remanescentes, representa, de um ponto de vista ecológico-social, uma atitude derrotista.

Baird Callicot (1991), um filósofo ecocêntrico, criticou o conceito de *wilderness*, na medida em que este marca uma separação entre a humanidade e a natureza, considerando-o etnocêntrico e, algumas vezes, discriminatório, pois não leva em consideração a importância das populações humanas tradicionais do Terceiro Mundo na conservação da natureza.

Segundo Kemf (1993), o primeiro parque nacional do mundo, Yellowstone, não foi criado em uma região vazia, em 1872, mas em território dos índios *Crow*, *Blackfeet* e *Shoshone-Bannock*. Uma subtribo dos *Shoshone* vivia durante todo o ano dentro dos limites atuais do parque. Ainda segundo a autora, esses índios, descritos como “selvagens, demônios vermelhos, comedores de búfalos, de salmão e de tubérculos”, não deixaram a área do parque espontaneamente. É importante também observar que pesquisas em sítios arqueológicos de sepulturas em Yellowstone, com mais de mil anos, na cidade perdida de Sierra Nevada, em Colúmbia do Norte, nos Estados Unidos, demonstram uma intensa atividade humana em áreas que depois se transformaram em parques nacionais (McNeely 1993).

A noção de *wilderness*, que serviu de base à criação dos parques norte-americanos, foi criticada desde o início, particularmente pelos

índios remanescentes, já em grande parte removidos de seus territórios ancestrais na conquista do oeste. Assim, o chefe Standing Bear, da tribo dos Sioux, afirmava:

Nós não consideramos selvagens (*wild*) as vastas planícies abertas, os maravilhosos montes ondulados, as torrentes sinuosas. Somente para o homem branco a natureza é selvagem, mas, para nós, ela é domesticada. A terra não tinha cercas e era rodeada pelas bênçãos do Grande Mistério. (McLuhan 1971)

Mais recentemente, Gomez-Pompa e Kaus (1992, p. 273) também criticaram a noção de mundo selvagem intacto, que reflete uma percepção das populações urbanas a respeito da natureza:

O conceito de *wilderness* (mundo natural/selvagem) como terra intocada ou domesticada é, fundamentalmente, uma percepção urbana, uma visão de pessoas que vivem longe do ambiente natural de que dependem como fonte de matéria-prima. Os habitantes da zona rural têm percepções diferentes das áreas que os urbanos designam como *wilderness* e baseiam seu uso da terra em visões alternativas. Muitos camponeses têm uma relação pessoal com o meio ambiente. A natureza já não é um objeto, mas um mundo de complexidades em que os seres vivos são frequentemente personificados e endeusados por meio de mitos locais.(...) O termo conservação pode não fazer parte de seu vocabulário, mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções das relações do homem com a natureza.

Esses autores afirmam que muitas das verdades sobre natureza selvagem e conservação hoje aceitas provêm de fontes não-científicas:

O ambiente natural e o mundo urbano são vistos como uma dicotomia e a preocupação normalmente está focalizada naquelas ações humanas que diretamente afetam a qualidade de vida, com base em padrões urbanos. Montanhas, desertos, florestas e vida selvagem são considerados *wilderness*, uma área para ser conservada e mantida na ausência de populações. (...) Por exemplo, o conceito de vida selvagem como área não habitada influenciou o pensamento e a política do mundo ocidental. A conservação é vista através de uma janela para o passado, para o início remoto da humanidade, bem antes do conforto da vida moderna. Gostamos de

conservar e preservar aquilo que lembra nosso lugar no tempo evolutivo e que contrasta com nossas crenças sobre a natureza humana. E, no entanto, pesquisas recentes indicam que muita vida selvagem tem sido influenciada pelas atividades humanas. (Gomez-Pompa e Kaus 1992, pp. 271-272)

Resumindo, segundo as concepções das entidades preservacionistas que serviram de ideologia para o movimento conservacionista, os parques nacionais representavam a única maneira de salvar porções da natureza caracterizadas por grande beleza estética e cênica dos efeitos deletérios da expansão urbano-industrial. Essa necessidade de manter uma natureza intacta era uma resposta às conseqüências da expansão do vigoroso capitalismo norte-americano do final do século passado sobre o mundo natural.

#### *A exportação do modelo de parque nacional norte-americano e suas conseqüências nos países do Terceiro Mundo*

Esse modelo de conservacionismo se espalhou rapidamente pelo mundo, recriando a dicotomia entre *povos e parques*. Como essa ideologia se expandiu sobretudo para os países do Terceiro Mundo, seu efeito foi devastador sobre as *populações tradicionais* de extrativistas, pescadores, índios, cuja relação com a natureza é diferente daquela analisada por Muir e os primeiros ideólogos dos parques nacionais norte-americanos. É fundamental enfatizar que a transposição do *modelo Yellowstone*, de parques sem moradores, proveniente de países industrializados e de clima, temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos graves, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. Essa visão importada, e inadequada às condições ecológico-sociais dos países do sul, constitui um elemento importante da chamada *crise do conservacionismo* no Terceiro Mundo. Como afirmam Gomez-Pompa e Kaus (1992, p. 273):

Conservacionistas tradicionais vêem o valor estético, biológico e ecológico, mas não necessariamente vêem as populações humanas. Muitas vezes, eles não conseguem ver os efeitos das ações humanas do passado ou do presente, nem diferenciar os diversos tipos de uso, ou reconhecer o valor econômico de um uso sustentado.

As críticas mais recentes à inadequação do modelo de Yellowstone aos países do Terceiro Mundo, que apresentam uma grande diversidade cultural, sobretudo de populações tradicionais, provêm, atualmente, sem dúvida, dos movimentos ecológicos que adotam um enfoque socioambientalista próprio da ecologia social ou da ecologia socialista (ou neomarxista). Essa nova modalidade de movimento ambientalista surgiu da associação entre movimentos sociais que lutam pelo direito de acesso à terra e aos recursos naturais por parte de camponeses, pescadores, ribeirinhos, povos da floresta e de setores do ambientalismo do Terceiro Mundo para os quais a crise ambiental nesses países está profundamente associada à crise do modelo de desenvolvimento, à miséria crescente e à degradação ambiental. Exemplos de ambientalismo social dos países do sul são o Movimento dos Seringueiros, dos Povos da Floresta na Amazônia Brasileira, das populações afetadas pelas grandes barragens, em todo o Brasil; o Movimento Chipko e dos Pescadores Artesanais na Índia (Diegues 1994; Bandyopadhyay e Shiva 1988; Waldman 1992).

No bojo desses movimentos, por alguns chamados de *ecologismo camponês* (Viola e Leis 1991), está a crítica a um ambientalismo importado dos países industrializados, que não reflete as aspirações e os conceitos sobre a relação homem-natureza nos países do sul. Segundo Redclift (1984), o ambientalismo nos países do norte surge com a rejeição do industrialismo e dos seus valores consumistas. Muito desse ambientalismo associa a degradação ambiental à crescente pauperização das populações rurais e urbanas no Terceiro Mundo. Nesse sentido, parte considerável do ambientalismo dos anos 60 e 70, nos países industrializados, nasceu com a opulência das nações ricas. Entretanto, nos anos 80, tornou-se mais difícil a defesa do ambientalismo primeiro-mundista, devido, principalmente, ao aumento da miséria e ao despertar de movi-

mentos sociais, que passaram a aliar conservação e defesa do patrimônio cultural das populações tradicionais, sobretudo daquelas que vivem nas florestas tropicais.

Hoje, já existe uma maior visibilidade social das populações tradicionais que vivem em áreas naturais protegidas. Em alguns estados, como São Paulo, Amazonas e Pará, elas começaram a se organizar em associações locais, mobilizando-se e reivindicando das autoridades do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) seus direitos ao território ancestral, ao seu modo de vida e às suas tradições. Em alguns casos, como na Estação Ecológica de Mamirauá (Amazonas), com a ajuda de organizações não-governamentais, estabeleceram seu próprio plano de manejo, reservando alguns lagos para preservação permanente e reprodução das espécies, outros para a pesca de subsistência e ainda outros para a pesca comercial realizada por pescadores de outras áreas (Ayres e Ayres 1993). Processo semelhante está ocorrendo na Floresta Nacional do Tapajós (Pará), onde os comunitários resistiram às ameaças de expulsão por parte do Ibama e hoje exigem participar do plano de manejo da floresta, contribuindo com seu vasto conhecimento sobre a fauna e a flora.

#### *As populações tradicionais moradoras dos parques nacionais: Mitos conflitantes e o turismo*

Na representação das áreas naturais protegidas existem simbologias que se confrontam. Segundo a simbologia dos que propõem áreas naturais protegidas desabitadas, a presença de qualquer tipo de habitante é intrinsecamente negativa, levando à destruição do mundo natural.

Nas representações simbólicas das sociedades primitivas e tradicionais, no entanto, existe uma simbiose entre o homem e a natureza, que se manifesta tanto no campo das atividades do fazer, do conhecer e das técnicas patrimoniais quanto no campo simbólico. Essa simbiose é muito mais evidente nas sociedades indígenas brasileiras, por exemplo, em que o tempo para pescar, caçar e plantar é marcado por mitos ancestrais, pelo aparecimento de constelações estelares no céu, por proibições e interdi-

ções. Mas ela também aparece em culturas como a dos caiçaras do litoral de São Paulo e dos ribeirinhos amazonenses, de forma menos clara, talvez, mas nem por isso menos importante. Como são culturas decorrentes da mistura de elementos indígenas, negros e portugueses, os remanescentes das culturas mais antigas (indígenas e negras) são, numa maior proporção, responsáveis pelas porções míticas do pensamento caiçara e dos ribeirinhos amazônicos.

Nesse sentido, é importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações tradicionais constroem, pois é com base nele que elas agem sobre o meio. Com base também nessas representações e no conhecimento empírico acumulado que desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo. O imaginário popular dos povos da floresta, dos rios e dos lagos brasileiros está repleto de entes mágicos que castigam os que destroem as florestas (caipora/curupira, mãe da mata, boitatá); os que maltratam os animais da mata (anhangá); os que matam os animais em época de reprodução (tapiora); os que pescam mais do que o necessário (mãe d'água) (Câmara Cascudo 1972). Assim, os moradores da Várzea da Marituba (Alagoas) têm várias lendas, como a da mãe d'água, que vira a canoa dos pescadores que são muito ambiciosos e retiram mais peixe do que o necessário para seu uso.

Considerando a importância da simbiose homem-ciclos naturais existente nas populações tradicionais, a noção de parques ou áreas naturais protegidas que excluam as populações tradicionais é incompreensível para as culturas portadoras desse pensamento bioantropomórfico. A disjunção forçada entre a natureza e a cultura tradicional, em que os homens são proibidos pelo Estado de exercer as suas atividades do fazer patrimonial, e também do saber, representa a imposição de um mito moderno: o da natureza intocada e intocável, próprio da sociedade urbano-industrial sobre mitos das sociedades tradicionais.

Nesse contexto, situa-se a percepção que as populações tradicionais têm da presença dos turistas nas áreas naturais protegidas, de onde os ribeirinhos da Amazônia e os caiçaras da mata Atlântica são, por força da lei, excluídos. Para eles, é incompreensível que se permita a entrada de

turistas e se negue a permanência de moradores que vivem na área há muitas gerações e que, pelo seu modo de vida, são em grande parte responsáveis pela conservação dos rios, das florestas e das espécies vegetais e animais que nela vivem. Nessa linha de pensamento, o chamado *turismo ecológico*, realizado em parques e reservas, está também imbuído desse neomito de natureza intocada e selvagem. O turismo ecológico, ao contrário do turismo mais democrático, proposto pelos idealizadores dos parques nacionais norte-americanos, é, sem dúvida, ainda mais elitista, reservado a uns poucos privilegiados que podem pagar custosos pacotes de viagem às agências turísticas especializadas.

Um estudo realizado pelo Nupaub (Viana *et al.* 1995), em 67 unidades de conservação nos estados do Paraná, de São Paulo, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, no domínio da mata Atlântica, revela que cerca de 39% das áreas naturais protegidas de uso restrito (onde não se admite a presença de moradores) apresentam moradores em seu interior. Cerca de 83% dos parques nacionais federais e cerca de 35% dos parques estaduais têm moradores em seu interior. A porcentagem de estações ecológicas com moradores também é alta (cerca de 60%). São Paulo tem aproximadamente 26 mil moradores e o Rio de Janeiro cerca de 9.500 pessoas vivendo no interior dos parques, o que dá uma idéia da dimensão da questão.

Entre as áreas naturais protegidas habitadas que foram pesquisadas, cerca de 73% têm em seu interior populações tradicionais (extrativistas, pescadores, índios, pequenos sítiantes) e não-tradicionais (veranistas, fazendeiros, comerciantes, empresários, servidores públicos). Por outro lado, cerca de 15% dessas áreas naturais protegidas são habitadas exclusivamente por moradores tradicionais.

O mesmo estudo (Viana *et al.* 1995) mostra que também em muitas dessas áreas, junto com populações tradicionais, vivem *veranistas* que compraram ou construíram casas de veraneio antes ou mesmo depois da criação das áreas naturais protegidas. A eles se junta um número ainda muito maior de *turistas* que passam dias ou temporadas em *campings*, hotéis e casas de moradores. O estudo do Nupaub assinala ainda que, em

83% das áreas naturais protegidas, existem conflitos entre os veranistas e a administração dessas áreas, sobretudo quando os veranistas tentam construir ou reformar suas casas.

A presença de população usuária, entretanto, está representada por turistas e veranistas, o que é, inclusive, previsto em unidades como os parques nacionais. O turismo ocorre na maioria das unidades de forma desordenada, ocasionando pressão sobre a área, produção de lixo e apropriação ilegal de recursos naturais. Isso vale tanto para o turismo de visitantes quanto para o turismo de segunda moradia (veranistas). Na Mata Atlântica, apenas 8 parques nacionais são equipados adequadamente para o turismo: o de Foz de Iguaçu, o da Tijuca e o de Itatiaia. (Viana *et al.* 1995, p. 263)

A relação entre as populações tradicionais e os veranistas/turistas é ambígua e, em muitos casos, conflitiva. Um estudo realizado na Reserva Ecológica Estadual de Joatinga, Rio de Janeiro, no estuário de Mamanguá (Diegues e Nogara 1994), revela que 57% dos moradores tradicionais avalia positivamente a visita dos turistas, sobretudo porque podem vender-lhes alguns produtos de artesanato, conseguindo assim melhorar um pouco suas precárias condições de vida durante as temporadas. Quase 30% deles acham que os turistas podem trazer-lhes, ao mesmo tempo, benefício e prejuízo, e cerca de 10% afirmam que os turistas trazem apenas prejuízo. A maior crítica é feita aos veranistas que, ao comprar terra, impedem os cultivos de subsistência em áreas que antes eram usadas de forma comunitária, desviam para os morros os caminhos que antes passavam pelas praias. Um dos moradores do Saco de Mamanguá revela os aspectos negativos do turismo ao afirmar:

Não, o turismo não ajuda. Porque, vamos supor o senhor está aqui, veio de fora, compra um peixe, só isso. Porque o senhor não vem de lá para comprar farinha, feijão aqui. Traz tudo de fora. Quem compra terra aqui não deixa plantar banana, mandioca... (morador da Ponta do Leão)

A relação entre populações tradicionais e turistas poderia ser melhorada, por exemplo, se o grande conhecimento dos moradores locais

fosse aproveitado pelos administradores dos parques na tarefa de *guias locais*, mostrando aos visitantes não somente a beleza da área, mas ensinando-lhes o que sabem sobre as espécies de vegetais e animais, seus ciclos reprodutivos, migrações, a utilidade das ervas medicinais etc. Isso nada tem a ver com uma das estratégias governamentais de transformar alguns desses moradores em *guarda-parques*, obrigados, muitas vezes, a denunciar seus próprios parentes por exercer atividades econômicas tradicionais e que hoje são consideradas ilegais (pequena agricultura, retirada de cipós e de fibras, de árvores para a fabricação das canoas etc.). Essa pretensa forma de integrar as populações na administração dos parques tem levado a uma desorganização social ainda maior nas comunidades tradicionais.

#### *A conservação da natureza, os saberes e o poder*

Como toda a mitologia antiga tem seus guardiães (os mais velhos, os pajés etc.), o mito moderno da natureza intocada tem também os seus: as entidades preservacionistas, as instituições públicas ambientais. Além disso, esse mito moderno tem também seus “sacerdotes”: os administradores dos parques e seus auxiliares, iluminados pelo conhecimento empírico-racional, os cientistas que definem o que é biodiversidade, como a natureza deve ser preservada etc.

Configura-se, nesse caso, o confronto de dois *saberes*: o tradicional e o científico-moderno. De um lado, está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, sobre a reprodução e a migração da fauna, sobre a influência da lua nas atividades de extração da madeira e sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais. De outro lado, está o conhecimento científico, que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado. Em lugar da etnociência, instala-se o poder da ciência moderna, com seus modelos ecossistêmicos, com a administração “moderna” dos recursos naturais, com a noção de capacidade de suporte baseada em informações científicas (na maioria das vezes, insuficientes).

Para o neomito, o mundo natural tem vida própria, é objeto de estudo e manejo, do qual se exclui a participação dos moradores tradicionais. O saber moderno se arvora não só em juiz de todo o conhecimento, mas até da proteção de uma natureza intacta, portadora de uma biodiversidade sobre a qual a ação humana teria somente efeitos devastadores. Não é para menos que, em todas as áreas naturais protegidas, a pesquisa científica é permitida, mas não se prestigia o conhecimento acumulado pelas comunidades tradicionais, pois, entre outras razões, isso implica o reconhecimento da presença dessas populações naquelas áreas.

Hoje, na grande maioria dos casos, as populações tradicionais, apesar de seu vasto conhecimento empírico sobre a fauna e a flora, estão afastadas dos chamados *planos de manejo*, que definem quais atividades humanas são permitidas e quais são proibidas ou limitadas nas áreas naturais protegidas de uso indireto. Ainda hoje, são as autoridades governamentais e seus colaboradores, os cientistas naturais, que definem como as populações tradicionais que ainda moram nas áreas naturais protegidas devem se comportar em relação à natureza e aos usos dos recursos naturais. Trata-se, na verdade, de um processo de despossessão do conhecimento e das técnicas patrimoniais em poder das populações tradicionais e a afirmação do poder da ciência nas mãos dos cientistas e dos administradores. Como observa Morin (1991, p. 23):

O conhecimento dá poder (...). O poder dos antigos ou dos sábios, o dos feiticeiros ou dos curandeiros, nas sociedades arcaicas, é um poder dos superconhecedores. O poder sacerdotal das sociedades antigas é um poder de superconhecedores. O poder tende a monopolizar o conhecimento, para conservar o monopólio de seu poder, e assim o conhecimento se torna secreto, esotérico. Assim, portanto, os Grandes Sacerdotes, Iniciados, Universitários, Cientistas, *Experts*, Especialistas tendem a constituir castas arrogantes, dispondo de privilégios e de poderes.

Na realidade, esses *planos de manejo* também refletem a dicotomia entre homem e natureza. Os denominados atributos naturais dos ecossistemas definidos pela biologia, ecologia não-humana, tornam-se os únicos critérios “cientificamente” válidos para administrar o espaço e os recursos

naturais. A natureza, milagrosamente, reifica-se e é apossada, em termos científicos, pelo que Morin define como os grandes sacerdotes da ciência. Sabe-se, porém, que a contribuição das ciências naturais para a conservação ainda está em seu início, e muitos de seus pressupostos são discutíveis. Por exemplo, nos anos 70, adotou-se a teoria dos refúgios do pleistoceno para definir as áreas naturais a serem conservadas na Amazônia brasileira. Hoje, esse critério está sendo questionado, o que significa que, de acordo com outras teorias, as áreas já estabelecidas como unidades de conservação amazônicas talvez não sejam as mais adequadas para proteger a biodiversidade (Rylands 1993).

Tendo em vista as limitações das contribuições da própria ciência, deveria haver um esforço maior para integrar o etnoconhecimento das populações tradicionais nos planos de manejo. Ademais, em áreas onde existam comunidades tradicionais, é imperioso que esses planos de manejo percam seu caráter autoritário e tecnocrático, passando a ser um processo de integração gradativa do conhecimento, dos fazeres e das técnicas patrimoniais nas tomadas de decisões sobre o uso do espaço por longo tempo habitado e usado pelo morador tradicional.

Finalmente, a permanência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas não se justifica somente pela proteção e pelo reconhecimento da grande bagagem de etnoconhecimento transmitido de geração em geração a respeito das condições naturais, pela garantia do reconhecimento dos direitos históricos a seu território, mas também pela necessidade da manutenção da diversidade cultural, fonte de exemplos a serem considerados pela civilização urbano-industrial na redefinição necessária de suas relações atuais com a natureza. O que Hughes (1985) propõe como contribuição dos indígenas a uma nova relação com a natureza pode ser aplicado às demais populações tradicionais:

As práticas culturais dos índios americanos no que se refere à caça e à agricultura, segundo as percepções espirituais da natureza, preservaram a terra e a vida na terra (...). As concepções indígenas do universo e da natureza devem ser analisadas seriamente, como meios válidos de se



relacionar com o mundo e não como supersticiosas ou primitivas. Talvez a maior contribuição que temos da herança indígena seja a reverência pela terra e pela vida (...). Os índios valorizavam as pessoas, o grupo social vivendo em harmonia com a natureza. (Hughes *apud* Devall e Sessions 1985, p. 98)

### Conclusões

As áreas naturais protegidas, sobretudo as de uso restritivo, mais do que uma estratégia governamental de conservação, refletem, de forma emblemática, um tipo de relação homem-natureza. A expansão da idéia de parques nacionais desabitados, com base nos Estados Unidos em meados do século passado, retoma, de um lado, o *mito de paraísos naturais intocados*, à semelhança do Éden de onde foram expulsos Adão e Eva, do Jardim das Hespérides dos gregos, e das Ilhas Bem-Aventuradas medievais; e, de outro, baseia-se no *conservacionismo reativo* no dizer de Moscovici. Esse conservacionismo reativo do século XIX, pelo qual se atribuem ao mundo natural todas as virtudes e à sociedade todos os vícios, foi uma reação ao culturalismo, que via na natureza a enfermidade do homem, uma ameaça de volta à selvageria à qual deve se opor a cultura.

O tema também relança o debate sobre a importância dos mitos e das simbologias nas sociedades modernas. Por mais que a sociedade urbano-industrial e o avanço das ciências tenham dessacralizado o mundo e enfraquecido os mitos, a imagem de parque nacional e de outras áreas protegidas como um paraíso em que a *natureza virgem* se expressa em toda a sua beleza, transformando-se num objeto de reverência por parte do homem urbano, ressalta a idéia de que as mitologias têm vida longa e podem renascer à sombra da racionalidade. Esse mito da natureza intocada e intocável não só reelabora crenças antigas, mas incorpora também elementos da ciência moderna, como a noção de biodiversidade, das funções dos ecossistemas, numa simbiose expressa pela aliança entre determinadas correntes das ciências naturais e do ecologismo preservacionista. A persistência da idéia de um mundo natural, selvagem, intoca-

do, tem uma força considerável, sobretudo entre as populações urbanas e industriais que perderam, em grande parte, o contato cotidiano e de trabalho com o meio rural. Isso apesar de evidências científicas crescentes de que nas centenas de milhares de anos de vida humana, os homens, de uma forma ou de outra interferiram, com maior ou menor intensidade, nos diversos ecossistemas terrestres, hoje restando muito pouco de natureza virgem, intocada.

É importante ressaltar que a concretização histórica desse mito da natureza intocada pela criação de parques nacionais e reservas se deu e ainda se dá, nos países tropicais, em áreas freqüentemente habitadas por populações tradicionais, portadoras, por sua vez, de outros mitos e de outras simbologias relativos à natureza. O conflito entre a visão das chamadas *populações tradicionais* e a dos preservacionistas puros não pode ser analisado, no entanto, simplesmente em termos de oposições entre mitologias e simbolismos. O conflito tem uma dimensão política, pois o Estado impõe sobre espaços territoriais comunitários, onde vivem populações tradicionais, um outro tipo de espaço: o público, de onde, por lei, necessariamente devem ser expulsos os moradores.

Num primeiro momento, esses atores sociais eram *invisíveis* e os chamados planos de manejo dos parques sequer mencionavam sua existência. O reconhecimento de sua existência e até de sua importância para a conservação e a manutenção da diversidade biológica é fenômeno recente, causado pelo surgimento, em países do Terceiro Mundo, de um ecologismo diferente daquele dos países industrializados. Esse novo ecologismo, que absorve princípios do chamado *novo naturalismo*, proposto por Moscovici, começa a traduzir-se em movimentos sociais que propõem o respeito à diversidade cultural como base para a manutenção da diversidade biológica, uma nova aliança entre o homem e a natureza, e a necessidade da participação democrática na gestão dos espaços territoriais. A visibilidade maior dos moradores de parques hoje existente foi conseguida por meio de lutas sociais e mobilizações e, nesse processo, os comunitários conseguiram o apoio de algumas organizações não-governamentais e universidades.

No Brasil, no âmbito da administração federal e de algumas entidades preservacionistas puras, a questão da presença de populações

tradicionais moradoras em parques nacionais tem sido tratada dentro de uma visão conservadora, ainda influenciada por percepções urbanas sobre o mundo natural e a natureza selvagem. Fala-se em interferência humana negativa sobre as áreas naturais protegidas sem se fazer distinção entre os interesses econômicos externos às áreas e às atividades daquelas populações, em grande parte responsáveis pela manutenção da diversidade biológica. Como foi mostrado no decorrer do texto, muitas das idéias preservacionistas sobre *mundo natural* baseiam-se em concepções de uma natureza intocada e não-domesticada, na noção de equilíbrio dos ecossistemas, hoje dificilmente encontráveis nas florestas tropicais. A nosso ver, deve-se rejeitar tanto a visão utilitarista da conservação, pela qual qualquer impacto de atividades humanas pode ser revertido pela tecnologia moderna, quanto a visão estritamente preservacionista baseada no pressuposto de que, colocando-se de lado áreas naturais para conservação, automaticamente se garantirá a integridade biológica. Em países subdesenvolvidos, a conservação poderá ser mais bem-sucedida com a real integração e participação das populações tradicionais que, como afirmado anteriormente, em grande parte foram responsáveis pela diversidade biológica que hoje se pretende resguardar.

Por outro lado, há também a necessidade de se resguardar de uma visão simplista do bom selvagem, ecologicamente nobre (Redford 1990). Nem todas as comunidades de moradores tradicionais de parques e reservas são "conservacionistas natas", mas entre elas há populações tradicionais que, pelo seu modo de vida, contribuíram e ainda hoje contribuem para a conservação da natureza.

Há uma grande necessidade de conhecer melhor as relações entre a manutenção da diversidade biológica e a conservação da diversidade cultural. Quase nenhuma pesquisa sistemática foi realizada nesse sentido. Até hoje, no Brasil, a indicação de uma área a ser declarada unidade de conservação tem sido responsabilidade exclusiva dos cientistas e das entidades governamentais. É necessária uma colaboração interdisciplinar, em que trabalhem de forma integrada biólogos, ecólogos, engenheiros florestais, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, em cooperação com os *especialistas locais*, escolhidos entre os moradores tradicionais.

No que se refere ao turismo, os moradores tradicionais podem, como dito anteriormente, desempenhar o papel de guias locais, ensinando aos visitantes o que sabem sobre o mundo natural e introduzindo-os numa cultura distinta, baseada no convívio íntimo com a natureza e seus ciclos.

Como afirmam Gomez-Pompa e Kaus (1992), estamos discutindo e estabelecendo políticas sobre um tema que conhecemos pouco e aquelas populações, que conhecem melhor, raramente participam dos debates e decisões.

### Bibliografia

- AYRES, D. e AYRES, J.M. (1993). "A implantação de uma unidade de conservação em área várzea: A experiência de Manirauá." Paper apresentado no congresso: *Interdisciplinary Approaches to Biodiversity and Land Use Dynamics in the New World*. Belo Horizonte.
- BAIRD-CALLICOT, J. (1991). *The wilderness idea revisited*. MS.
- BANDYOPADYAY, J. e SHIVA, V. (1988). "Political economy of ecology movements", *Economic and Political Weekly* (junho).
- CÂMARA CASCUDO (1972). *Dicionário de folclore brasileiro*. São Paulo: Edições de Ouro.
- DEVALL, B. e SESSIONS, G. (1985). *Deep ecology: Living as if nature mattered*. Salt Lake City: Gibbs Smith Books.
- DIEGUES, A.C. (1994). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Nupaub-USP.
- DIEGUES, A.C. e NOGARA, P. (1994). *Nosso lugar virou parque*. São Paulo: Nupaub-USP.
- EKERSLEY, R. (1992). *Environmentalism and political theory. Towards an ecocentric approach*. Nova York: New York University Press.
- ELLEN, R. (1989). *Environment, subsistence and system: The ecology of small-scale social formations*. Nova York: Cambridge University Press.
- GOMEZ-POMPA e KAUS, A. (1992). "Taming the wilderness myth", *Bioscience* 42 (4).
- HUGHES, D. (1983). *American indian ecology*. El Paso, Texas: Western Press.

- KEMF, E. (1993). *The law of the mother*. São Francisco: Sierra Club.
- MCLUHAN, T.C. (1971). *Touch the Earth: A self-portrait of indian existence*. Nova York: Promontory Press.
- MCNEELY, J. (1993). "Afterword: People and protected areas; partners in prosperity". In: KEMF, E. *op. cit.*
- MORIN, Edgar (1986). *Conhecimento do conhecimento. O método III*. Lisboa: Europa-América.
- \_\_\_\_\_. (1991). *Le méthode 4. Les idées, leur habitat, leur vie, leur moeurs, leur organization*. Paris: Seuil.
- MOSCOVICI, Serge (1974). *Hommes domestiques, hommes sauvages*. Paris: Collection 10/18.
- REDCLIFT, M. (1984). *Development and environmental crisis: Red or green alternatives*. S.l.: Methuen.
- REDFORD, K. (1990). "The ecologically noble savage", *Orion* 9 (3), pp. 25-29.
- RODMAN, J. (1973). "What is living and what is dead in the political phylo-sophy of T.H. Green", *The Western Political Quaterly* 26, pp. 566-586.
- RYLANDS, A. (1993). "Protected areas in brazilian Amazonia", *Atas do Congresso Internacional "On Common Ground"*. Belo Horizonte.
- VIANA, L.; ADAMS, C. e DIEGUES, A.C. (1995). *Conflitos entre populações humanas e áreas naturais protegidas na Mata Atlântica*. São Paulo: Nupaub/USP.
- VIOLA, E. e LEIS, H. (1991). "From preservationism and pollution control to sustainable development: An ideological and organizational challenge for the environmental movement in Brazil". In: *International seminar development, democracy and environmental social movements in Latin America and Europe: Theory and praxis*. Londres: Institute of Latin American Studies, University of London, nov., pp. 22-23.
- WALDMAN, M. (1992). *Ecologia e lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Contexto.

A VIDA E OS PARQUES: PROTEÇÃO AMBIENTAL,  
TURISMO E CONFLITOS DE LEGITIMIDADE  
EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO\*

Célia Maria de Toledo Serrano \*\*

O objetivo geral deste artigo é discutir alguns aspectos da atividade turística em unidades de conservação (daqui por diante UCs), no contexto da crescente demanda de vários segmentos da sociedade por lugares para o ecoturismo. Nesse sentido, deverá tratar das relações entre o surgimento das UCs e o turismo, e dos diversos impactos decorrentes do desenvolvimento dessa atividade em seus espaços.

Como objetivo específico, trata do caso do turismo no Parque Nacional do Itatiaia (daqui por diante PNI), mas acreditamos que as conclusões a serem apontadas podem ser generalizadas para grande parte das UCs brasileiras.

\* Esta pesquisa foi desenvolvida dentro do projeto temático "Hosana-homem, saber, natureza", financiado pela Fapesp e sob orientação do professor-doutor Carlos Rodrigues Brandão entre os anos de 1993 e 1994.

\*\* Historiadora, pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam) da Unicamp e doutoranda em Ciências Sociais na mesma universidade.